

Extensão universitária e políticas públicas: o SOLTEC/UFRJ no Projeto Rio Economia Solidária

Área Temática: 2.Universidade, Políticas Públicas e desenvolvimento

Ricardo Mello¹, Antônio Oscar Vieira², Alan Freihof Tygel³

¹ PEP/COPPE/UFRJ e SOLTEC/UFRJ - Rio de Janeiro, RJ - rfmello@ism.com.br

² SOLTEC/UFRJ - Rio de Janeiro, RJ - anoscarvieira@gmail.com

³ SOLTEC/UFRJ - Rio de Janeiro, RJ - alantysel@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre extensão universitária e políticas públicas a partir da atuação dos autores no projeto Rio Economia Solidária. O projeto, mais conhecido como RIOECOSOL, tem como objetivo mapear o tecido sócio-produtivo de 4 comunidades do Rio de Janeiro, e construir estratégias de desenvolvimento baseadas nos princípios da economia solidária. Para isto, conta com uma parceria entre prefeitura, universidade (SOLTEC/UFRJ) e organização da sociedade civil (CEDAC).

A análise sobre a parceria entre estes atores e sobre o andamento do projeto permite tecer considerações sobre o papel da Universidade, especificamente da Engenharia, na construção e implementação de políticas públicas.

O artigo consiste de uma breve explanação sobre o projeto, se debruçando com maior atenção sobre o processo de pesquisa-ação realizado nas comunidades. Em especial, tratamos sobre os processos de mobilização e interlocução com a população local. Finalmente, analisamos o papel da universidade na execução do projeto e na consolidação dos princípios da economia solidária nas comunidades.

Palavras-chave: Economia Solidária; Universidade; Políticas Públicas; Favela; Pesquisa-Ação.

1 Introdução

As comunidades carentes ou favelas, invariavelmente, não tem recebido nem a atenção nem os investimentos públicos necessários a reverter quadros socioeconômicos de extrema complexidade e precariedade. Quando muito, como vem acontecendo no Rio de Janeiro, os investimentos se voltam para um conjunto de ações de segurança e repressão policial, o que beneficia em última instância o cidadão do asfalto.

É verdade que tais ações, simbolizadas pela instalação de Unidades de Policia Pacificadora (UPP), se fazem acompanhar por um incipiente conjunto de iniciativas governamentais no campo social – como as UPP Sociais ou por meio da atuação dos CRAS (Conselhos Regionais de Assistência Social) – que são, sem dúvida, importantes, mas que somente poderão fazer sentido de forma integrada a outro tanto conjunto de ações.

Nesse emaranhado tecido social, caberia então indagar: o que a Universidade pode fazer sobre isso? Qual o papel do engenheiro que intenciona trabalhar com o campo complexo dos problemas sociais? Quais os principais ensinamentos e aprendizados dos processos experimentados para as iniciativas de extensão universitária?

Estas são indagações que tentam ser respondidas pelo presente artigo. Com isso, pretende-se fomentar essa discussão no ENEDS, com base na contribuição empírica do projeto Rio Economia Solidária, e mais precisamente sobre a participação do SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ – nesta iniciativa.

2 O Projeto Rio Economia Solidária

Desvendar o elo original que ensejou a criação de um projeto é missão espinhosa. Normalmente ele resulta de uma série de ações, interesses, objetivos, articulações que vão desembocar na forma de projeto, caracterizado então por prazos e resultados a cumprir.

É nesse ponto que entra aquela conhecida história: se o filho for bonito não faltam candidatas a pai, mas se o filho for feio, ou seja, no caso em analogia, o projeto gerar resultados inexpressivos ou tiver problemas sérios em seu desenvolvimento, se tornam raros os candidatos a paternidade.

Assumindo a parcela que lhe cabe desde antes dos resultados efetivos do projeto, que se encerra em setembro de 2011, o SOLTEC/UFRJ compreende que sua participação desde a concepção do projeto, resulta da articulação com a recém-criada Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, que precisava pensar as suas políticas e identificar as fontes de seu financiamento.

O projeto Rio Economia Solidária tem por objetivo fomentar e apoiar o desenvolvimento da Economia Solidária como alternativa econômica em quatro territórios da cidade do Rio de Janeiro:

- Favela Santa Marta
- Complexo do Alemão
- Complexo de Manguinhos
- Conjunto Habitacional Cidade de Deus

A Economia Solidária é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação. Na economia solidária não existe patrão nem empregados, pois todas e todos os integrantes dos empreendimentos (seja uma associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos. A economia solidária prioriza, sobretudo, o desenvolvimento da economia local.

Dentre o conjunto de iniciativas previstas no projeto destaca-se: desenvolver ações visando à construção de alternativas de desenvolvimento através da Economia Solidária; Identificar os empreendimentos locais, suas formas de trabalho individual e coletivo, que delineiam o tecido sócio-produtivo local; e articular arranjos produtivos; estimular a formação de redes sociais através do fortalecimento dos princípios de autogestão e auto-organização; e fomentar processos de desenvolvimento local sustentável.

Para implementar estas iniciativas, foi construída uma articulação entre diferentes atores:

Na esfera pública:

- Ministério da Justiça
- Ministério do Trabalho/SENAES
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SEDES

Instituição pública de Extensão, Pesquisa e Formação

- Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC/UFRJ

Organizações da sociedade civil

- CEDAC – Centro de Ação Comunitária
- Instituto Palmas

A fonte de recursos financeiros provém do Ministério da Justiça que os repassa através do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) para a SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo desta então destinados à coordenadora geral e executiva do projeto, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A SEDES selecionou uma instituição para ficar responsável pela gestão financeira (a OSCIP Dialog) e estabeleceu o repasse de recursos para as chamadas ações “na ponta” ou “no campo”, que significam atividades de intervenção direta, feitas pelas entidades executoras: SOLTEC/UFRJ, CEDAC e Instituto Palmas.

A complexidade verificada na composição das parcerias é um fator que também se verifica num projeto com diversas ações simultâneas, cada uma com sua dinâmicas, ocorrendo nas quatro comunidades. As ações são realizadas por organizações diferentes (SOLTEC/UFRJ, CEDAC e Instituto Palmas) tendo como referência física nos territórios os Pontos Solidários. Estes são espaços públicos ou privados fixados dentro dos territórios do projeto, com os quais a Prefeitura firma contratos de utilização, e dota o local de estrutura básica para funcionamento como ponto de referência do projeto no local.

Em linhas gerais as modalidades de apoio/assessoria prestadas pelas instituições executoras podem ser sintetizadas em: pesquisa, mobilização, formação, festivais e banco comunitário (apenas no caso da Cidade de Deus).

A ênfase deste artigo se situa na atuação do SOLTEC/UFRJ, cujas atribuições no Projeto Rio Economia Solidária abrangem:

- Pesquisa de levantamento de dados e informações sociais, econômicas e culturais;
- Mapeamento dos atores sociais - entidades locais, lideranças, organizações comunitárias, ONG's, espaços públicos, entidades religiosas e associações, cujo trabalho esteja relacionado ao desenvolvimento comunitário;
- Realização de Seminários de Planejamento Estratégico a partir dos resultados da pesquisa
- Divulgação dos resultados da pesquisa.

As considerações tecidas aqui são relativas às duas primeiras atribuições relacionadas acima. No segundo semestre de 2011 estarão sendo realizadas a análise, planejamento e programação das atividades coletivamente reconhecidas como prioritárias para o fortalecimento da economia solidária no território.

De acordo com a abordagem participativa que permeia todos os processos sob a responsabilidade do SOLTEC/UFRJ, estão previstos encontros e seminários para apresentação dos resultados e planejamento das ações junto à comunidade, buscando-se obter, desta forma, um referendo coletivo.

Isso posto, passamos à apresentação da atuação do Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, responsável pelo desenvolvimento da metodologia e implementação do processo de pesquisa-ação (Thiollent, 1996) no Projeto.

3 O SOLTEC/UFRJ e a Pesquisa-Ação

Como descrito em sua identidade institucional, o SOLTEC/UFRJ é um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

Um eixo transversal às iniciativas desenvolvidas pelo SOLTEC/UFRJ consiste na metodologia da Pesquisa-Ação. Nela compreende-se a pesquisa como um caminho para a ação, e com o papel de facilitadora de processos para a transformação social.

A definição de Pesquisa-Ação, conforme Thiollent (1996), corresponde a um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A metodologia de pesquisa-ação pretende, portanto mobilizar atores sociais coletivos para sua emancipação e autonomia, por métodos tanto para desenvolver o conhecimento sobre o tema, como também para preparar o contexto para a ação, durante o seu desenvolvimento. Ela tende a fazer com que os pesquisadores dirijam-se à condição de atores, assim como os atores impliquem-se como pesquisadores.

Assim, reconhecendo que há limites claros para se pretender alcances mais profundos (a começar pelo prazo curtíssimo – 1 ano – para realização do projeto), o método da pesquisa-ação utilizado no projeto prevê que, ao final, os sujeitos sejam capazes de maior autonomia na condução do que tiver sido experimentado e gerado.

Os principais resultados esperados pelo SOLTEC/UFRJ no Projeto, com relação à pesquisa-ação podem ser assim sintetizados:

- A obtenção pelos participantes de modos de resolução de problemas concretos no decorrer da realização do projeto;
- Conhecimentos validados pela experimentação durante a pesquisa-ação;
- A formação na comunidade de competências individuais e coletivas; e
- Novos questionamentos para pesquisas e estudos posteriores.

Na etapa inicial do processo de pesquisa-ação, chamada de Fase Exploratória, foi promovida a consolidação e formação técnica da equipe em questões metodológicas e estratégicas para o desenvolvimento da pesquisa.

A equipe do projeto é constituída por: um coordenador geral, coordenadoras e coordenadores de monitoramento e avaliação, de sistematização, e de campo, um pesquisador e um estagiário de pesquisa para cada área, e mais 32 agentes locais de pesquisa, todos moradores das comunidades.

Cabe ressaltar que a formação dos coordenadores e pesquisadores é a mais diversa possível: Engenharia, Economia, Filosofia, Direito, Serviço Social e Comunicação estão entre as áreas de conhecimento nas quais se formaram os envolvidos no projeto. Desta forma, colocamos em questão não só o papel do Engenheiro, que está na origem do SOLTEC/UFRJ, mas do Filósofo, do Economista, do Comunicador. Afinal, em qual destas formações houve uma

capacitação para executar uma Pesquisa-Ação com foco em Economia Solidária em favelas do Rio de Janeiro?

Pelo contrário, apostamos na soma dos saberes acadêmicos, e principalmente no saber empírico de profissionais que já participaram de outros projetos semelhantes, ou que têm conhecimento dos locais onde o trabalho será realizado.

Antes mesmo da entrada em campo, foi feita uma sistematização das informações já levantadas por outras pesquisas sobre as comunidades (dados secundários), além de uma pesquisa de atores sociais mais diretamente relacionados ao desenvolvimento comunitário.

O processo de coleta de dados primários já foi iniciado. Estes estão sendo sistematizados em diários de campo, e obtidos seja fazendo uma visita exploratória com a equipe pela comunidade, ou como resultado da participação em espaços locais de articulação comunitária.

Nesta etapa foi necessário “explicar a pesquisa”, considerando que a que estávamos propondo não podia ser equiparada a outras pesquisas que aconteceram no território. As diferenças se verificaram desde a escolha dos Agentes de Pesquisa, todos da própria comunidade, fruto de uma seleção pública, na elaboração dos instrumentos da pesquisa e do compromisso de dar acesso aos dados.

Nestes espaços, se revelou decisiva a definição de conceitos básicos ao processo, na medida inclusive em que passava a se intensificar a aproximação estabelecida pelo SOLTEC/UFRJ no sentido físico, mas também relacional, com os atores e organizações locais. A atuação em um projeto desta magnitude sem um referencial conceitual bem delineado poderia conduzir a uma compreensão passiva acerca da dinâmica de processos locais, indo contra os próprios pressupostos da Pesquisa-Ação.

Tendo como principal matriz referencial a obra do professor Michel Thiollent (1997, 1996, 1992), que é também orientador metodológico do SOLTEC/UFRJ e da pesquisa-ação neste projeto, o percurso construído sob sua orientação compreendeu na fase exploratória o exame de um conjunto de outros autores sobre pesquisa-ação, como Pinto (1989), Morin (2004), El Andaloussi (2004) e Dionne (2007).

Nesta fase se procedeu ainda ao exame de instrumentos de pesquisa voltados para empreendedores da economia solidária, em especial aqueles produzidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que originaram a base de dados que compõem o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)¹

No levantamento de informações junto aos empreendedores de cada território, o universo de pesquisa abrange desde aqueles que já praticam os princípios da economia solidária, assim como o conjunto amplo de empreendedores que atuam no território e que são convidados a conhecer tais princípios e a participar de um movimento crescente em direção a uma economia justa e solidária.

Outro componente fundamental durante a Fase Exploratória remete ao reconhecimento do território da pesquisa. No projeto Rio Economia Solidária isso propiciou, ao mesmo tempo, levantar questões sobre quais os eventuais limites internos dentro de cada território, além do reconhecimento visual dos potenciais empreendimentos a serem abordados na pesquisa de campo pelos agentes de pesquisa.

Junto à Fase Exploratória, o SOLTEC/UFRJ promoveu processos de aproximação onde se definiu um “contrato” (MORIN, 2004) com os diferentes atores do Projeto: entidades parceiras, agentes de pesquisa, organizações sociais de base comunitária, pequenos empreendedores locais.

1 <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

Aquele processo geraria frutos importantes para a implantação dos Comitês Locais de Pesquisa em cada território, reunindo atores importantes no processo de pesquisa, no que se refere a identificação, mobilização, conhecimento do território, dentre outras atribuições.

4 Interlocução Local e Estratégias de Mobilização

Criados para dar conta de que as diversas ações a serem realizadas no projeto estejam em constante diálogo com atores sociais e representantes de empreendimentos, os Comitês Locais de Pesquisa, ou CLPs, se constituem em canais para uma escuta atenta sobre questões variadas do território, com maior incidência sobre os objetivos da Pesquisa-Ação.

A estratégia parte da aproximação até a definição de um contrato (MORIN, 2004) com os diferentes atores que aderirem ao CLP, composto por entidades parceiras, agentes de pesquisa, organizações sociais de base comunitária, pequenos empreendedores locais, e moradores interessados em discutir o desenvolvimento do seu território.

Os CLP não possuem caráter deliberativo sobre as ações do projeto, assim como não são agentes para conferir qualquer legitimidade a um projeto que nasceu da própria legitimidade do movimento social da economia solidária. Isso porque foi o próprio movimento que sugeriu e articulou junto ao poder público a realização de uma iniciativa consistente de economia solidária com foco de ação sobre o território urbano.

Assim, enquanto espaço de construção social, cada Comitê apresenta características distintas em cada comunidade, assim como os resultados de sua ação.

Há um conjunto comum de ações metodologicamente essenciais a serem desenvolvidas pelo Comitê Local de Pesquisa, dentre as quais se destaca como principais atribuições dos CLP:

- Discussão acerca da delimitação espacial, situando geograficamente a área onde começa a pesquisa, e seu plano de expansão;
- Aportes sobre o contexto e condições específicas do território;
- Discussão sobre os dados secundários levantados pelo SOLTEC/UFRJ;
- Acompanhamento do processo de coleta de dados primários, com proposições de conteúdo e estratégia;
- Indicação de atores sociais relevantes e de empreendimentos;
- Análise qualitativa do processo e validação dos produtos finais de pesquisa.

Como se pode constatar, uma das atribuições dos CLP remete à indicação de atores sociais, o que se coaduna à meta do SOLTEC/UFRJ de realizar um mapeamento dos atores sociais nos territórios do Projeto. Sobre este aspecto cabe ressaltar a distinção necessária entre estes dois movimentos, dentre o conjunto de ações metodologicamente previstas pelo SOLTEC/UFRJ no processo de Pesquisa-Ação: a articulação e operacionalização dos Comitês Locais de Pesquisa e o mapeamento dos atores sociais.

Para este último, se procedeu à elaboração de um instrumento sintético para realizar o mapeamento dos atores sociais, os quais podem ser compreendidos, em definição construída coletivamente com os participantes dos CLP como: as pessoas, instituições e organizações (entidades comunitárias, ONGs, entidades religiosas, dentre outras) que atuam na comunidade, realizando ações de interesse coletivo.

No tocante aos Comitês Locais de Pesquisa, há uma diferença importante a ressaltar: consistem em espaço de articulação; de interlocução do SOLTEC/UFRJ com atores da

comunidade, sujeitos políticos coletivos ou autônomos. Já no mapeamento a ser sistematizado pelo SOLTEC/UFRJ, este se volta mais para objetivos de identificação, embora seja, ao mesmo tempo, imprescindível para que seja feita qualquer inferência sobre o grau de solidariedade ou cooperatividade no território.

Uma vez que este artigo se volta a provocar uma reflexão sobre os desafios da extensão universitária em projetos complexos, desenvolvidos em territórios de grande precariedade e graves déficits sociais por parte do poder público, o trabalho com os Comitês Locais de Pesquisa tem jogado a luz do holofote sobre a questão crucial da mobilização.

O fato é que, mesmo sem constituir fator inesperado, tem sido grande a dificuldade no aspecto da mobilização. Constata-se que isso se deve, em grande parte, à certa saturação que algumas lideranças e instituições atuantes no território demonstram com relação a novas iniciativas comunitárias e novos projetos sociais. Isto ocorre por uma série de motivos da relação historicamente estabelecida por setores do poder público com as comunidades carentes que remeteriam a uma análise à parte, fugindo ao escopo deste artigo.

Trazendo para o debate o aprendizado e as medidas adotadas, o SOLTEC/UFRJ tem promovido uma estratégia de articulação com sujeitos políticos coletivos de atuação local, cuja trajetória é de nosso conhecimento e confiança. Isto foi possível junto ao Fórum de Desenvolvimento Local de Manguinhos, ao Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão, e à Agência de Desenvolvimento Local e ao Comitê Comunitário da Cidade de Deus. Merece a ressalva que no Santa Marta não foi identificado este tipo de sujeito coletivo. A articulação que mais se aproxima disto é a Rádio Comunitária Santa Marta, que no entanto tem pautado suas discussões unicamente na rádio em si, dado que este instrumento de comunicação encontra-se ainda em estágio de construção.

Não obstante a estratégia ter viabilizado o aumento na participação, o que se constatou, porém, foi que dificuldades pontuais, ou mesmo oportunidades – uma vez que pululam nos mesmos territórios do Projeto outras iniciativas sociais, que precisam contratar mão de obra local – surgem a cada momento, fazendo com que as pessoas não consigam participar, ou estejam simplesmente desmotivadas.

Por fim, acontecem ainda idiosincrasias como a presença de uma liderança local mais “complicada” (por fatores múltiplos, desde associação com o tráfico de drogas até intransigências pessoais) poder colocar em risco a continuidade de participação de outra, além de situações específicas que o dia a dia de um Projeto desta natureza é pródigo em oferecer.

5 Extensão Universitária e Políticas Públicas

No que se refere ao que pode ser considerado o objetivo maior do projeto, o de exercer influência consistente sobre as políticas públicas em apoio à economia solidária, com base na observação do tecido socioproductivo local das comunidades contempladas, um componente decisivo remete a como se percebe o papel dos empreendimentos produtivos.

Compreendendo os empreendimentos como motores essenciais ao fortalecimento potencial da economia solidária, assim como a produção de estudos sistemáticos sobre o segmento, o SOLTEC/UFRJ partiu do modelo utilizado pela SENAES na alimentação de dados do SIES até chegar ao modelo do questionário para aplicação junto aos empreendimentos produtivos dos quatro territórios do Projeto.

Sobre esta ferramenta, em particular, vale ressaltar o caráter participativo em sua construção, contemplando a participação dos agentes locais de pesquisa, por meio de oficinas onde eles simularam duplamente o papel de empreendedores e entrevistadores, sugeriram mudanças no formulário-teste e onde teve início uma aproximação muito interessante entre os agentes de pesquisa de cada território.

As dificuldades relativas ao trabalho de campo propriamente dito, vivenciadas por eles na aplicação inicial do questionário se mostraram contornadas com a apropriação das impressões dos agentes sobre a experiência, o que se refletiu na própria adaptação do questionário de entrevista dos empreendimentos a partir das sugestões coletivas.

Há que se destacar que as maiores dificuldades enfrentadas pelos agentes nas atividades de aplicação dos questionários junto aos empreendimentos decorreram do “desgaste” de aceitação pela população, que entende esta como “mais uma” pesquisa sobre aspectos da realidade local.

Se tal dificuldade se manifestou de forma mais veemente neste momento, fora porém identificada tão logo tiveram início as atividades do projeto. E a estratégia adotada de forma mais geral se traduziu na construção de uma metodologia que procura fazer com que o Agente de Pesquisa se aproprie de cada etapa e cada processo; e que por meio dos Comitês Locais de Pesquisa seja mantido um canal de constante diálogo com pessoas e organizações comunitárias locais. O efeito propagador dos reforços destes laços é, neste sentido, uma vertente forte pela qual a pesquisa procura adquirir gradativa adesão local.

Ainda que, evidentemente, as situações têm suscitado diferentes estratégias para reduzir essa resistência, de forma geral se procura destacar as características, em especial os pontos positivos da economia solidária e se enfatiza a necessidade dos agentes em deixar claro para os entrevistados a ausência de qualquer caráter fiscalizatório (legalização dos empreendimentos) na pesquisa, pois alguns empreendedores pensam que a pesquisa tem também por intenção a legalização de suas atividades.

A análise mais detida sobre os resultados das entrevistas (que se anuncia para o segundo semestre de 2011) virão certamente corroborar uma situação já detectada: vários dos empreendimentos pesquisados constituem, na verdade, apenas fontes de renda extra para seus empreendedores, como, por exemplo, a senhora que faz sacolé quando está calor, ou quem faz bolo, mas só quando não consegue outro serviço, e assim por diante.

Situações como estas sinalizam uma noção de transitoriedade conferida aos empreendimentos, podendo perigosamente sugerir que a economia solidária seja uma espécie de “colchão” que amortece a queda de renda em períodos onde não se consegue um emprego formal.

Um desafio permanente neste sentido, e neste projeto, é clarificar a economia solidária como um processo político de transformação social, diferentemente de bicos e ocupações transitórias. Neste particular, o papel dos agentes de pesquisa é absolutamente estratégico, assumindo eles a perspectiva de multiplicadores, para além das ações circunscritas apenas ao projeto aqui focado.

A própria ida deles à Universidade para os momentos de formação dos agentes se revelou extremamente positiva. Contribui para desmistificar a entidade UFRJ, escancara a elitização da universidade (o grupo dos agentes se destaca facilmente dos estudantes do CT) e mostra que aquele lugar pode eventualmente também ser acessado por eles.

De certa maneira, é também uma alternativa para um processo de formação continuada dos agentes de pesquisa, já que a intensa atividade de campo no projeto representa o risco permanente de se desprezar o aprendizado pelo “tarefismo” no cumprimento de prazos.

Sob tal perspectiva, cumpre destacar as possibilidades que projetos desta natureza podem representar enquanto processo de intercâmbio para com a Universidade.

Neste sentido, houve uma aproximação entre os agentes de pesquisa e estudantes da disciplina Gestão de Projetos Solidários, ministrada entre janeiro e fevereiro de 2011, pelo Coordenador do SOLTEC/UFRJ, professor Sidney Lianza, e outros pesquisadores. Um dos grupos de trabalho do disciplina, formado por estudantes da Engenharia de Produção da UFRJ, analisou a implantação do projeto RIOECOSOL no Santa Marta. Com isso, participaram das dinâmicas

de apresentação do projeto e de acolhida dos agentes de pesquisa. Os agentes, por sua vez, participaram da apresentação dos trabalhos no Centro de Tecnologia da UFRJ.

6 Conclusões

Desta forma, buscamos dentro do projeto RIOECOSOL cumprir o objetivo de implementar aquilo que entendemos como sendo a função da universidade: o diálogo permanente com a sociedade e o poder público, na forma de ação (extensão), reflexão (pesquisa) e formação (ensino).

Além disso, procuramos desvelar a aura tecnicista que usualmente encobre a Engenharia, quando se esquia de sua obrigação social atrás da máscara da neutralidade da tecnologia. O processo da pesquisa-ação na economia solidária se insere profundamente na Engenharia que busca, através da técnica, a construção coletiva de soluções para os problemas da sociedade brasileira.

No anseio pela construção de uma sociedade que nos livre da vergonhosa desigualdade imposta pelo sistema capitalista, consideramos fundamental o papel da Universidade e da Engenharia. Entretanto, para que este papel seja de fato abrangente e relevante, não basta executar projetos pontuais que mais se assemelham à responsabilidade social praticada pelas grandes empresas, que mais se preocupam com o marketing gerado pela ações do que pelas possibilidades de transformação que elas podem causar.

A ação da Universidade atrelada a políticas de Estado, quando feita com real intenção de transformação social, tem reais condições influenciar a direção das políticas públicas, rumo a sociedade mais justa que todos desejamos.

7 Referências

ANDALOUSSI, Khalid El. Pesquisas-Ações – Ciência, Desenvolvimento, Democracia. Trad. Michel Thiollent. São Carlos: EdUFSar. 2004.

DIONNE, Hugues. A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local. Trad. Michael Thiollent. Brasília: Liber, 2007.

MORIN, André. Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica: uma antropedagogia renovada. Rio de Janeiro. DP&A. 2004.

PINTO, João Bosco. Pesquisa-Ação: detalhamento de sua seqüência metodológica. Recife: SUDENE - grupo regional de capacitação – Projeto SUDENE/PNUD. 1989.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas Organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1996.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-Ação numa Perspectiva de Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social - autogestão, participação e cidadania. Anais. Tomo 1. 1992.